

Apresentação para o 18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

SOBRE A "CONSTRUÇÃO SOCIAL" DA IGNORÂNCIA: UMA
REFLEXÃO SOBRE OS DILEMAS DA ABORDAGEM
SOCIOLOGICA DOS FENÔMENOS COGNITIVOS

Grupo de Trabalho – Teorias Sociológicas: Desafios
Perenes e Questões Emergentes

Lenin Bicudo Bárbara, doutorando pelo Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da FFLCH-USP
leninbicudo@gmail.com

O trabalho que apresento a seguir faz parte de uma pesquisa mais ampla, que gostaria de introduzir sucintamente, para fins de contextualização¹. Minha pesquisa se encaixa nos âmbitos da sociologia cognitiva e, em menor medida, da sociologia da cultura; seu objetivo geral é organizar e esclarecer alguns dos problemas básicos que se colocam para uma abordagem sociológica da ignorância, entendida como componente necessário da cognição humana. Para alcançar esse objetivo, procuro articular uma discussão conceitual sobre a ignorância (em que discorro sobre o que é a ignorância, e como melhor compreendê-la da perspectiva da sociologia) a um trabalho empírico, este principalmente baseado em um levantamento documental, focado em duas correntes culturais distintas, a saber: a homeopatia e o masculinismo. O que torna essas correntes culturais adequadas ao estudo proposto é a circunstância de que sua persistência depende da negação de vários itens específicos do estoque de conhecimento atualmente disponível; ou seja: para que a homeopatia e o masculinismo sigam existindo como tradições de pensamento "vivas" – em torno das quais indivíduos diferentes se associam e que efetivamente orientam as escolhas das pessoas com elas envolvidas –, é preciso que persista a ignorância acerca de certos fatos passíveis de serem conhecidos com certa facilidade, no contexto atual. A seleção dessas correntes culturais, uma ligada ao âmbito das ciências naturais, outra ligada ao âmbito das humanidades, foi orientada pela ideia de que uma discussão acerca da persistência da ignorância seria útil para pôr sob um mesmo teto fenômenos usualmente tratados em chaves distintas, e mesmo por especialistas de diferentes áreas: de um lado, fenômenos ligados ao preconceito, mais estudados pela sociologia e pela psicologia social; e, de outro, o que se costuma chamar de "pseudociências", estudadas pelas ciências cognitivas e pela filosofia da ciência.

A discussão que gostaria de desenvolver para esta edição do Congresso Brasileiro de Sociologia integra a parte teórica da tese, na qual proponho uma reflexão detida sobre os dilemas colocados para uma abordagem sociológica da ignorância humana. Minha tese se baseia no entendimento de que, antes de ser um fardo, uma benção ou um insulto, a ignorância ou desconhecimento – termos aqui usados como sinônimos – é um

1. Para ser mais exato, o conteúdo da apresentação a seguir foi baseado, na sua maior parte, no texto da última seção do segundo capítulo da minha tese de doutorado, ainda em elaboração. Todo o capítulo a que pertence essa seção já está pronto. Para esta apresentação, fiz uma série de adaptações e recortes, trazendo para o corpo do texto porções de outros capítulos da tese, e redigindo algumas passagens novas, na medida em que isso se mostrou necessário para que o conteúdo aqui exposto se sustentasse fora do contexto da tese. A pesquisa de que deriva este trabalho recebe financiamento da FAPESP.

fato humano incontornável, decorrente da condição de que só nos é dado conhecer a realidade à nossa volta de modo parcial e fragmentário. Por conta disso, superar ou deixar para trás a ignorância em definitivo é um projeto fadado a se converter ou em autoengano ou em frustração, e a vida em sociedade é marcada por essa situação. Marcada no sentido de que, para conviver com essa situação, criamos e cultivamos toda uma tecnologia social: construímos imagens estereotipadas dos coabitantes do nosso mundo social para saber o que fazer diante do outro, sem precisarmos, antes de agir, conhecê-lo a fundo; classificamos documentos em função de quem deve ou não deve conhecê-los; aprendemos a calcular os riscos de nossas ações e a mitigar as perdas decorrentes do nosso desconhecimento da situação em que a cada vez nos encontramos; reservamos esse espaço puramente interior a que chamamos de intimidade, onde guardamos, como segredos, as ideias que não gostaríamos que outros soubessem que um dia tivemos – e assim por diante.

Em suma: em meu trabalho, parto do entendimento de que a ignorância humana é um dos inúmeros fatos extrassociais que condicionam a vida em sociedade, e em torno da qual esta se monta e se molda. Como tal, ela chegou a ser tematizada de forma mais ou menos direta por vários sociólogos, entre eles o seletivo grupo de intelectuais a que concedemos a *lâurea dos clássicos*. Foi o caso de Marx, com sua teoria da alienação e, mais tarde, com sua discussão sobre o fetichismo da mercadoria; de Durkheim, ao estudar as bases sociais da vida religiosa; de Simmel, tanto com suas especulações acerca dos fundamentos *a priori* da vida social, como, mais concretamente, com sua sociologia do segredo; e de Weber, que, no contexto de sua teoria da ação, mostrou-se bastante atento à questão das consequências imprevistas, e cujo estilo comparativo, de resto, o levava a tratar como problema de investigação não só a adesão de indivíduos e grupos a certos conjuntos valorativos, como ainda a ausência dessa adesão.

Entretanto, os clássicos não fizeram mais do que tocar em questões que de alguma forma diziam respeito ao tema da ignorância, sem efetivamente problematizá-lo². Foi só à medida que a sociologia obteve êxito em se firmar como campo legítimo de atuação

2. Pode-se dizer que Durkheim e Simmel avançaram um pouco mais nesse sentido, e até seria possível voltar a esses autores para analisar a contribuição de cada um – o que, contudo, não me proponho a fazer, mesmo porque já dispomos de trabalhos que vão nessa linha. Para uma breve reconstrução da contribuição de Simmel, cf. Gross, 2012; para uma discussão, também breve, da contribuição de Durkheim, influenciada pela leitura parsoniana desse autor, cf. Schneider, 1984: 186-9.

intelectual e profissional que a questão seria enquadrada com mais precisão e de forma mais direta, embora muitas vezes ao preço de um embotamento do nexos entre essa questão em particular e a teoria sociológica em geral. Sociólogos de uma geração imediatamente posterior à clássica, como Mannheim, Schütz e Parsons, mostraram-se mais atentos ao tema³, mas este só seria analisado em maior detalhe – alçando-se com isso a tema de pesquisa sociológica especializada no assunto – no final da década de 1940, com a publicação de um artigo de Moore & Tumin, dentro da tradição de pensamento social então dominante, o funcionalismo⁴. Desde então, o tema viria a ser abordado de maneira esparsa por vários autores, sendo hoje reivindicado sobretudo por autores vinculados à tradição do construtivismo social.

Nesta apresentação, proponho uma interlocução crítica com essa literatura mais recente especializada no tema da ignorância – um ramo de pesquisa conhecido como os "estudos da ignorância". É possível reconhecer dois núcleos distintos de sociólogos e historiadores que, hoje, reivindicam esse tema – ambos sob influência, mais ou menos direta, do construtivismo social. O primeiro deles surgiu nos Estados Unidos, e é formado na sua maior parte por historiadores e filósofos da ciência, que cunharam o termo "agnotologia" para se referir aos estudos da ignorância. Esse grupo, cujos principais expoentes são Robert Proctor, Londa Schiebinger e Nancy Tuana, organizou eventos sobre o tema e publicou, no final da década passada, dois livros por selos universitários⁵. O segundo grupo, mais concentrado na Europa, publicou há menos de dois anos uma coletânea de textos sobre o tema, desta vez pela Routledge; o sociólogo alemão Matthias Gross e a britânica Linsey McGoey foram os responsáveis por organizar esse material⁶.

A maioria dos trabalhos publicados sob a rubrica dos estudos da ignorância é de orientação empírica – isto é, trata-se de estudos de caso em que a questão da ignorância aparece de alguma maneira –; alguns deles, contudo, destacam-se por demonstrar maior

3. A contribuição desses três autores foi contemplada em detalhe na minha tese de doutorado; nesta apresentação, contudo, toparemos apenas com Mannheim e Schütz, cujas ideias serão discutidas em um registro bem menos aprofundado do que na tese.

4. Cf. Moore & Tumin, 1949. Trata-se de um breve artigo chamado "Some Social Functions of Ignorance", que se estabeleceria como grande marco na tematização explícita do problema da ignorância, sendo citado por vários dos sociólogos que, mais tarde, abordariam o tema.

5. Cf. Proctor & Schiebinger, 2008; e Sullivan & Tuana, 2007.

6. Cf. Gross & McGoey, 2015; além de McGoey, 2014, livro que reúne seis artigos já publicados no volume 41 (1) da revista *Economy and Society*, entre eles McGoey, 2012. O trabalho de Proctor & Schiebinger é bastante citado na coletânea de Gross & McGoey.

preocupação com questões teóricas, como aquelas relacionadas à identificação do que vou chamar de dimensão social da ignorância humana. Esse é o caso, especialmente, do trabalho de Michael Smithson, que, em "Ignorance and Uncertainty" – primeiro publicado em 1989 –, propôs aplicar algumas das ideias de Berger & Luckmann à questão da ignorância, com isso inaugurando o campo dos estudos da ignorância, tal como existe hoje. Além disso, Smithson é um dos poucos pesquisadores que se envolveu nas duas iniciativas que mencionei, publicando artigos de destaque nas coletâneas sobre o tema de Proctor & Schiebinger e de Gross & McGoey.

Por isso, irei me concentrar a seguir na formulação que esse autor conferiu à ideia da construção social da ignorância – tema desta apresentação –, sobretudo em seu "Ignorance and Uncertainty". Apesar de ter sido publicado há quase três décadas, é nessa obra que ele formula mais detalhadamente a questão; de resto, sua posição sobre o assunto pouco mudou nesse meio tempo, como é possível depreender do cotejo entre as ideias ali apresentadas e aquelas que ele expõe em um artigo de 2008 sobre o tema⁷.

Como outros autores no âmbito dos estudos da ignorância, Smithson evoca com alguma frequência uma expressão característica, quando se propõe a tratar da dimensão social da ignorância humana: afirma que ela é "socialmente construída e negociada". Porém, como tantos outros que empregam a mesma expressão, Smithson não chega a examinar criticamente o seu sentido. Ao longo desta apresentação, gostaria de fazer exatamente isso, ou seja, examinar o que significa dizer que a ignorância é socialmente construída. Espero que tal exame contribua para esclarecer um pouco mais em que situações faz sentido afirmar que fenômenos cognitivos – e, em especial, a ignorância – estão sujeitos a algum tipo de "construção social", conferindo à ideia um conteúdo mais substantivo e melhor delimitado, além de mais congruente com o estado de arte do debate sobre o tema no âmbito da filosofia acadêmica. Também espero que esse exame crítico possa contribuir para avançarmos um pouco mais na compreensão dos limites de uma abordagem especificamente sociológica da ignorância humana – tópico sobre o qual a maior parte dos autores no âmbito dos estudos da ignorância pouco ou nada tem a dizer. Mesmo Smithson, que propõe que os estudos da ignorância deveriam atuar como um ramo de pesquisa interdisciplinar – e para quem, pois, a questão dos limites de uma abordagem sociológica da ignorância humana é pertinente –, limitou-se a identificar a

7. Cf. a contribuição do autor em Proctor & Schiebinger, 2008. Eventuais discrepâncias serão mencionadas aqui, quando relevantes para o tema desta apresentação.

dificuldade dos sociólogos contemporâneos de abordar os aspectos extrassociais de fenômenos como a ignorância, sem aprofundar-se na questão. Eis sua posição a esse respeito, em artigo publicado quase duas décadas após seu "Ignorance & Uncertainty":

"[...] teorias construtivistas tenderam a ser cegas para fatores biológicos, psicológicos e econômicos. Esse erro deve ser evitado pelas teorias sociais da ignorância, que, afinal, tratam de atribuições sobre estados e processos mentais. Materiais da psicologia cognitiva, da etnologia, dos estudos da comunicação e da teoria do comportamento econômico podem contribuir para estabelecer conexões entre a ignorância e fenômenos relevantes [para uma teoria social da ignorância], tais como a atenção seletiva, a negação, o esquecimento, o desentendimento, a privacidade e a confiança." ⁸

Considero que Smithson tem razão a esse respeito, e adianto que, de modo geral, ele mesmo foi bem sucedido em evitar ceder ao que podemos aqui chamar de tendência ao sociologismo, entendido como a redução de fenômenos cognitivos – como é o caso da ignorância – a seu componente social⁹. Apesar disso, Smithson parece não ter questionado que um dos motivos pelos quais autores alinhados ao construtivismo social tenderam a não enxergar outra coisa, senão a dimensão social do fenômeno estudado, poderia estar na própria nebulosidade da tese da construção social da ignorância – tese essa que, como mostrarei a seguir, ele mesmo formula em chave desnecessariamente ambígua.

Antes de procedermos ao exame propriamente dito da tese da construção social da ignorância, há três pontos que cumpre mencionar. Primeiro, convém fazer uma breve apresentação geral do trabalho de Smithson, afinal pouco conhecido fora do âmbito dos estudos da ignorância. Em "Ignorance and Uncertainty", Smithson faz uma ampla revisão da bibliografia sobre a ignorância e fenômenos aparentados a ela, como a irrelevância, a incerteza e a vagueza. Trata-se de um trabalho efetivamente interdisciplinar, o que é

8. Em Proctor & Schiebinger, 2008: 213; o trecho [entre colchetes] é um acréscimo meu. É importante ressaltar que, em "Ignorance & Uncertainty", ainda não encontramos ponderação semelhante – o que sugere que, em 1989, ele não imaginava que tal dificuldade poderia surgir.

9. E isso não só no sentido de buscar "pôr sob um mesmo teto" pesquisas conduzidas em diferentes ramos do conhecimento (o que ele busca fazer em "Ignorance and Uncertainty", como ainda veremos), como também no de contribuir para trabalhos sobre a ignorância e a incerteza em outros âmbitos – que vão desde a matemática aplicada (cf. Smithson & Verkuilen, 2006) até a neurociência (cf. sua contribuição, em coautoria com uma especialista no assunto, Helen Pushkarskaya, em Gross & McGoey, 2015: 114-124).

possível graças à formação eclética do autor, versado tanto em teoria da probabilidade, como em sociologia e psicologia. No sexto capítulo do livro, depois de dialogar com a teoria da probabilidade e com a psicologia experimental, Smithson revisa a literatura sociológica e antropológica que toca na questão da ignorância – buscando o que autores como Merton, Goffman, Garfinkel e Mary Douglas, entre outros, teriam dito de relevante para uma teoria social da ignorância (que eles, contudo, não chegaram a formular). Isso posto, o que interessa neste contexto são algumas das ideias próprias de Smithson, elaboradas a partir dessa revisão – e não tal revisão, que menciono aqui mais para dar uma ideia do escopo da obra. De especial interesse para nós é o que Smithson tem a dizer sobre as dificuldades envolvidas na identificação da dimensão social da ignorância, já que sua discussão sobre a construção social da ignorância é imaginada justamente como uma boa saída para tais dificuldades. Vale a pena ressaltar que, apesar do caráter multidisciplinar da obra de Smithson, a ideia da construção social da ignorância não é um tema marginal do livro, e sim uma de suas teses centrais¹⁰. Em chave geral, sua tese pode ser assim formulada: "tudo que se passa por ignorância é socialmente construído e negociado". Minha crítica consistirá em expor as ambiguidades e imprecisões contidas na formulação dessa tese, tal como aparece no texto de Smithson – mas deve ficar claro que, apesar de tomar essa formulação em especial como alvo privilegiado de discussão, considero que estamos aí diante de problemas recorrentes em trabalhos no âmbito da sociologia cognitiva, e em particular nos estudos da ignorância.

O segundo ponto que gostaria de enfatizar diz respeito ao escopo das críticas que farei a seguir. A maior parte dos problemas identificados em "Ignorance and Uncertainty" diz respeito às formulações mais abstratas oferecidas pelo autor, ao discutir a questão da identificação da dimensão social da ignorância. Porém, cumpre reconhecer que, ao passar a várias de suas análises mais substantivas – isto é, ao tratar de casos concretos em que a ignorância se manifesta –, Smithson consegue evitar com alguma naturalidade as implicações mais problemáticas da tese da construção social da ignorância. É como se, ao se debruçar sobre situações concretas, ele não levasse às últimas consequências suas formulações mais abstratas. Feita essa ressalva, considero que uma leitura atenta

10. Isso nas palavras do próprio autor, como vemos, por exemplo, nesta passagem:

"Portanto, a discussão que precede ilustra uma das teses centrais deste livro: não só a ignorância é socialmente construída, mas também o são os quadros de referência normativos adotados por profissionais e intelectuais para lidar com ela." (Smithson, 1989: 27).

de sua discussão sobre a construção social da ignorância com efeito concede demasiado terreno ao sociologismo, tal como anteriormente definido – sendo que o que permite a Smithson sair-se melhor em suas análises substantivas é sua formação multidisciplinar. Há dois problemas aí: primeiro, a inconsistência entre suas formulações mais abstratas e suas análises substantivas; e, segundo, a circunstância de que o sociólogo que siga à risca sua discussão sobre a construção social da ignorância estará condenado a incorrer em sociologismo, caso não tenha formação semelhante à de Smithson.

O terceiro e último ponto que cumpre destacar, antes de chegarmos ao tema central desta apresentação, também tem a ver com o escopo das críticas que exponho a seguir. Considero importante deixar claro que *tais críticas têm como alvo principal os impasses envolvidos no uso da ideia da construção social da realidade para tratar do problema específico da ignorância humana*. Desde que foi posto em circulação na década de 1960, por Berger & Luckmann, o construtivismo social foi aplicado a um leque especialmente grande de questões, sendo a ignorância só uma delas. Há trabalhos sobre a construção social da orientação sexual, do mercado, das doenças, dos quarks – e por aí vai. Estou convencido de que, em alguns desses contextos de aplicação, a ideia de "construção social" adquire significados diferentes, de modo que não é recomendável transpor diretamente a todos esses casos as críticas que irei veicular a seguir. Em virtude disso, entendo que eventuais transposições devem levar em conta a diferença de sentido que a ideia de "construção social" adquire ao ser aplicada a objetos afinal tão distintos¹¹.

Feitos esses esclarecimentos, vejamos agora o que teria levado Smithson a ver, no construtivismo social, uma tradição de pensamento promissora para atacar os problemas envolvidos na identificação do componente social da ignorância humana:

"Ao estudar para meu Ph. D. em sociologia, fui exposto a variedades novas de 'incerteza': as indeterminações do pensamento e comportamento humanos. Comecei a duvidar se a teoria da probabilidade seria capaz de representá-las de maneira adequada, mas ignorava quadros de referência alternativos a ela. Encontrei a sociologia do conhecimento, com seu *insight* fundamental de que tudo o que se passa por conhecimento é socialmente construído e negociado. Ocorreu-me de imaginar quais seriam os requisitos para uma 'sociologia da ignorância', e que *insights* poderiam ser extraídos

11. Uma crítica mais abrangente da expressão pode ser encontrada em Hacking, 1999. O autor também fornece uma lista mais completa do que a minha de fenômenos que seriam considerados "socialmente construídos" em Hacking, 1999: 1.

disso. Faria sentido dizer que o que se passa por ignorância também é socialmente construído e negociado?"¹²

Embora, em sua revisão da literatura social sobre a ignorância, Smithson mencione (e discorra sobre) várias obras no âmbito da sociologia do conhecimento – aí incluído o trabalho de Mannheim –, a contribuição que ele considera decisiva é a obra seminal de Berger & Luckmann, "A construção social da realidade". Smithson retira dessa obra, e da tradição consolidada em torno dela, esse *insight* fundamental que, como vemos na passagem acima, ele se dispõe a aplicar aos estudos da ignorância. Berger & Luckmann, por sua vez, foram claros em propor que a sociologia do conhecimento deveria "ocupar-se com tudo aquilo que é considerado 'conhecimento' na sociedade", deixando para o filósofo profissional a tarefa de se haver com questões de epistemologia, como aquelas ligadas à validade interna do conhecimento¹³. Isso nos interessa pelo seguinte: Smithson propõe ao sociólogo encarar a ignorância de maneira análoga, o que o leva a rejeitar a definição convencional de ignorância como ausência de conhecimento dos fatos – que é a definição corrente no âmbito da filosofia acadêmica, e que, em minha tese, endosso¹⁴.

Dado o escopo desta exposição, não vem ao caso comparar a definição proposta por Smithson (talhada para acomodar a tese da construção social da ignorância) com a convencional, para avaliarmos qual seria a melhor¹⁵. O que nos interessa aqui é que, assim como Berger & Luckmann – e, antes deles, Mannheim –, Smithson articula um argumento segundo o qual abordagens filosóficas ou cognitivistas sobre fenômenos mentais se *oporiam* à sociológica, como se estas ou se excluíssem mutuamente (como imaginava Mannheim), ou não tivessem qualquer relação mais positiva uma com a outra (como presumiam Berger & Luckmann). Isso fica claro em algumas passagens do livro

12. Smithson, 1989: vii. No contexto, fica claro que a pergunta que fecha a passagem é retórica, sendo que Smithson a responde afirmativamente.

13. Cf. Berger & Luckmann, 1973: 27-9.

14. A definição convencional de ignorância como ausência de conhecimento dos fatos (rejeitada por Smithson e que eu, ao contrário, endosso) pode ser encontrada em autores como N. Rescher (2009a: 1), filósofo contemporâneo com quem ainda toparemos nesta apresentação. Para ser mais exato, dispomos de alguns trabalhos ainda mais recentes no âmbito da epistemologia que contestam essa definição, mas em termos bem diferentes do que Smithson propõe (cf. Peels & Blaauw, 2016).

15. Claro está que considero tal comparação importante e, em minha tese, examino em detalhe a definição de ignorância proposta por Smithson, justificando porque teríamos razão em rejeitá-la em favor da definição convencional. Não faço isso aqui apenas por uma questão de recorte.

de Smithson, como a que reproduzo a seguir, que desemboca na sua formulação da tese segundo a qual a ignorância seria socialmente construída:

"Uma [das duas tendências influentes na literatura até aqui revisada] é a visão demasiado individualista de pensadores, tomadores de decisão e atores que foi legada pela psicologia cognitiva e pela teoria comportamental da decisão. A segunda é a presunção bastante disseminada de que a ignorância é ou uma característica do 'mundo real' ou o resultado das limitações de nossas capacidades mentais. A tese radical das ciências sociais é que tudo que se passa por ignorância é um produto social. Isso não significa que nada haja que realmente não saibamos, nem é um convite para ceder ao solipcismo. Em vez disso, essa tese nos alerta para que {A} os fatos sobre a ignorância só podem ser compreendidos por referência a um contexto social, e para o fato de que {B} uma proporção considerável da ignorância é criada e mantida pelas próprias pessoas, e não imposta a nós por um universo intratável." ¹⁶

Apenas para contextualizar essa passagem, cumpre mencionar que essas "duas tendências influentes na literatura até aqui revisada", que Smithson menciona no começo da passagem, seriam ambas características de abordagens cognitivistas de questões ligadas à ignorância, tais como a de Kahneman & Tversky – autores que tiveram grande influência no âmbito das teorias da decisão. Tais autores buscaram identificar, com base em pesquisas de psicologia experimental, as regras práticas – ou "heurísticas", como as chamam – mobilizadas no cotidiano, quando o que está em jogo é a tomada de decisão em situações de incerteza¹⁷. Tais heurísticas, apesar de úteis em vários contextos, são fonte de inúmeros erros e desatenções sistemáticas, de modo que se pode dizer sobre elas que, embora viabilizem a ação individual em situações de incerteza, muitas vezes o fazem ao custo de promover a ignorância a respeito de certas coisas¹⁸. O que interessa

16. Smithson, 1989: 219; grifo meu; o texto [entre colchetes] foi acrescentado por mim para fins de contextualização, e é uma paráfrase de uma passagem de Smithson, que se encontra nessa mesma página; as marcações {entre chaves} também foram acrescentadas por mim, agora para posterior referência.

17. Cf. Kahneman & Tversky, 2005: 5-20 (esse texto foi primeiro publicado como artigo, em 1974; os autores também publicam outros textos relacionados ao problema da ignorância, a que Smithson se refere em seu livro de 1989).

18. Diga-se que a preocupação central de Kahneman & Tversky, nesses trabalhos, é identificar e classificar tais heurísticas, com o objetivo de modelar processos de decisão reais. Ou seja, a

aqui é que autores dessa linha concebem a ignorância como "resultado das limitações de nossas capacidades mentais" – e que Smithson apresenta a tese da construção social da ignorância como uma alternativa a concepções como essa.

Isso posto, o que realmente nos interessa é a segunda metade do trecho citado, no qual Smithson apresenta o construtivismo social como "solução" para os problemas que seriam próprios das demais abordagens disponíveis na literatura sobre a ignorância. Na segunda parte dessa passagem, vemos que Smithson propõe duas leituras distintas da tese de que "tudo o que se passa por ignorância é uma construção social", marcadas na citação acima a primeira como {A}, e a segunda como {B}. De acordo com a primeira delas, {A}, precisaríamos necessariamente referir a ignorância ao contexto social em que ela se manifesta, se queremos compreendê-la. De acordo com a segunda leitura, {B}, a produção e reprodução da ignorância – isto é, seu surgimento e permanência ao longo do tempo – só poderia, *em alguns casos*, ser explicada por referência ao contexto sócio-histórico que confere sentido às ações individuais envolvidas na produção da ignorância. A seguir, proponho um exame crítico de ambas as leituras.

Em primeiro lugar, gostaria de observar que, se apenas parte da ignorância seria "criada e mantida pelas próprias pessoas" – ou seja, se {B} é verdadeiro –, então nem "tudo o que se passa por ignorância é socialmente construído e negociado". Afinal, embora Smithson não tenha se dado conta disso, devemos concluir de {B}, por exclusão, que ao menos uma parte da ignorância é "imposta a nós por um universo intratável", e que não varia em função de características do contexto social em que se apresenta – o que, por sua vez, nos autoriza a rejeitar {A}¹⁹. Se, com {B}, não é possível sustentar a tese de que "tudo o que se passa por ignorância é socialmente construído", sublinhada na passagem acima, então só nos resta imaginar que seu fundamento esteja na afirmação de que "os fatos sobre a ignorância só podem ser compreendidos por referência a um contexto social" – ou seja, em {A}. Há, com efeito, uma intuição correta em {A}. Afinal, sempre que falamos em casos concretos de ignorância humana – sempre que instanciamos seu

ignorância não é o problema central para eles, de modo que o comentário a que liga esta nota serve para elucidar como a discussão por eles proposta se relaciona à questão da ignorância.

19. A questão é formulada de maneira um pouco diferente por Smithson em seu texto mais recente sobre o assunto, em que, como vimos, o autor se mostra mais atento ao problema do sociologismo (cf. Proctor & Schiebinger, 2008: 214-6). Mas aqui também fica a ideia – que é o que interessa neste contexto – de que uma abordagem sociológica acerca da ignorância deve evitar concebê-la como algo "imposto pela realidade", como se essas duas concepções fossem incompatíveis entre si.

conceito –, podemos especificar pelo menos três dimensões básicas dessa ocorrência: sempre que a ignorância se manifesta, temos algo ignorado, alguém que o ignore, e uma situação ou contexto em que esse algo é ignorado por alguém. Mas será que tal intuição basta para fundamentar a tese de que "tudo o que se passa por ignorância é socialmente construído"?

Gostaria de argumentar que não. Em primeiro lugar, deve ficar claro que essas três dimensões da ignorância humana só aparecem quando buscamos identificar *instâncias concretas* em que ela se manifesta. Para além disso, ainda podemos falar da ignorância em chave abstrata, que é o que fazem autores como Rescher e Williamson, ao empregar os métodos da lógica formal para pensar a ignorância necessária e a estrutural (ambas "impostas pela realidade")²⁰. Mais importante que isso é o fato de que, embora se possa dizer que todos os casos de ignorância humana se dão em um contexto histórico e social específico, disso não decorre, necessariamente, que a referência a esse contexto seja indispensável, se o que pretendemos é compreender porque ignoramos certas coisas. Discussões acerca da construção social da ignorância – e Smithson não é exceção – simplesmente não observam esse tipo de diferença.

Para ilustrar o ponto, gostaria de emprestar dois exemplos de Rescher, elaborados no contexto de sua discussão sobre as várias fontes da ignorância necessária. O primeiro exemplo diz respeito à ignorância originada de "névoas estatísticas", como ele as chama. Reproduzo aqui a passagem em que ele trata do assunto:

"Considere a introdução de certas medidas de segurança pública. Impõe-se um limite de velocidade, instala-se semáforos, promove-se uma campanha de vacinação. Está fora de questão que, com tais medidas, salva-se várias vidas. Mas quais? Vários dentre nós não estariam aqui se esses passos não tivessem sido tomados. Mas quem seriam essas pessoas? Sabemos que há quem tenha sido salvo por essas medidas, mas não temos como identificar quem são – isso é algo que ninguém sabe, nem tem como saber." ²¹

Em casos assim, sabemos que há vários indivíduos – X, Y, Z – que foram afetados por tais medidas, mas não temos como identificá-los, como dizer quem seriam X, Y e Z.

20. As ideias de Williamson não são objeto desta apresentação, mas são tratadas alhures em minha tese; para sua discussão sobre a ignorância estrutural, cf. Williamson, 2000: 270 et seq. Vão na mesma linha os artigos compilados em Peels & Blaauw, 2016.

21. Rescher, 2009a: 9.

A identidade dessas pessoas estaria escondida numa "névoa estatística" – sendo essa "névoa" a única coisa que, nesse caso, poderíamos conhecer, e mesmo assim só de maneira estimada ou probabilística. Antes de comentar esse primeiro exemplo, gostaria de apresentar o segundo, que se acha formulado na seguinte passagem:

"Não foi por falta de inteligência [...] que César não tinha como saber que sua espada continha tungstênio, mas por conta de uma ideia que ainda não existia: o tungstênio não figurava na agenda conceitual de sua época. Não temos como obter acesso cognitivo a um fato cuja conceptualização exige recursos além dos que então dispomos [...]. Tais fatos cuja conceptualização requer inovações ainda inefáveis são inevitavelmente incognoscíveis para os indivíduos do presente." ²²

Nesses dois casos, está claro que nada nos impede de referir a ignorância a determinado contexto social. Sabemos, no que concerne ao primeiro exemplo fornecido por Rescher, que várias campanhas de vacinação salvaram a vida de um certo número de pessoas, e que não temos como saber quem são elas. Também sabemos que nossa ignorância a esse respeito só surge caso a campanha seja feita, o que depende da iniciativa de um conjunto de indivíduos investidos de autoridade para tal – por exemplo, da iniciativa dos representantes do governo e profissionais de saúde responsáveis por sua implementação. Isso significa que a "materialização" da ignorância a esse respeito (ou seja, sua realização como fato) está condicionada a certas variáveis sociais, sem as quais não poderiam vir à tona os fatos subsequentemente ignorados por todos. Afinal, se a campanha não for feita, vidas não serão salvas, e portanto não haveria, nesse caso, um fato a ser ignorado. Agora podemos perguntar: será que estamos aí diante de um caso de "construção social da ignorância"?

A definição ambígua de Smithson, que oscila entre {A} e {B}, não ajuda a responder essa questão. Se adotarmos {A}, teríamos que dizer que sim – já que o fenômeno possui uma dimensão social, que precisa estar dada para que a ignorância de algum modo se concretize (no sentido acima estipulado). Porém, se adotarmos {B}, e imaginarmos que a ignorância "socialmente construída" é aquela "criada e mantida pelas próprias pessoas, e não imposta a nós por um universo intratável", teríamos que dizer que não – já que o que as pessoas nesse caso criaram e ajudaram a manter não foi a ignorância a respeito de quem são as pessoas cujas vidas foram salvas por certa campanha de vacinação,

22. Rescher, 2009a: 8-9.

mas sim uma série de fatos novos neste universo (originados de tal campanha), alguns dos quais, por sua própria natureza "intratável", se mostrariam incognoscíveis.

O que isso nos ensina é que o fato de que toda ignorância humana surge **em** um contexto social não implica que ela persista **por causa** desse contexto. Uma forma de evitar esse tipo de confusão é reformular a tese da "construção social da ignorância" de modo a incorporar essa intuição básica. Gostaria, com esse objetivo, de sugerir que faz mais sentido falar da "construção social da ignorância" em casos nos quais podemos identificar certas variáveis sociológicas que contribuem para que a ignorância a respeito de algo persista num determinado intervalo de tempo – ou seja, em que a dimensão social da ignorância torna-se relevante para explicarmos sua persistência e propagação. De acordo com essa definição – mais próxima de {B} do que de {A} –, segue que, em casos de "névoa estatística", a ignorância não está sujeita à "construção social".

E quanto ao segundo exemplo? Será que a ignorância de César quanto ao material de que é feita sua espada teria sido "socialmente construída" no sentido acima referido?

Muitos sociólogos responderiam afirmativamente a tal questão – mas, segundo a definição que propus, a resposta é negativa. Assim como muitos sociólogos, Smithson não distingue a dimensão histórica da dimensão social do contexto do fenômeno sob estudo²³. Por mais que se possa argumentar que a história humana é, necessariamente, uma história social, e que a sociedade é um fenômeno histórico – ainda assim, há uma diferença entre alguém na posição de César, que vivia em um mundo em que o conceito de tungstênio não estava disponível (por mais que aquilo a que o conceito se refere existisse), e alguém como eu, que vive em um mundo em que dispomos desse conceito. Tal diferença não é de natureza propriamente sociológica – não tem a ver com a maneira como a sociedade romana e a sociedade contemporânea se organizavam, nem com nossas posições relativas em nossos respectivos contextos de classe, nem tampouco com as exigências de conhecimento impostas a cada um de nós pelos coabitantes do nosso mundo social, e que costumam estar atreladas aos papéis que assumimos para viver em sociedade. Tal diferença é, antes, puramente histórica: César viveu numa época

23. A ausência dessa distinção põe Smithson numa situação parecida com Mannheim, que, como Laudan uma vez observou, frequentemente confundia a dimensão histórica da realidade com a social (cf. Laudan, 2011: 295-8). A crítica a Smithson que proponho a seguir, é, com efeito, uma variação da crítica de Laudan a Mannheim.

que precede no tempo a invenção do conceito de tungstênio, ao passo que nós vivemos numa época posterior a tal invenção.

A coisa muda de figura quando imaginamos situações nas quais o conhecimento a respeito de algo é, a princípio, acessível em determinado contexto, mas está distribuído de maneira desigual, seja em função de variáveis socioeconômicas, seja em resposta a determinadas normas ou convenções sociais em vigor nesse contexto. Para exemplificar o primeiro ponto, que tem a ver com a ignorância que persiste em função de fatores macrossociológicos, podemos tomar como casos paradigmáticos o analfabetismo e a falta de acesso à educação formal – que, a despeito de serem duas das formas mais expressivas de ignorância na atualidade, raramente foram tematizados pelos sociólogos que se identificam explicitamente com o tema²⁴. Para exemplificar o segundo ponto, que diz respeito a situações em que a ignorância é promovida como norma – sendo, portanto, dependente de acordos, hábitos ou convenções predominantes em dado contexto cultural –, podemos recorrer à literatura sociológica discutida por Smithson. Encaixam-se aqui fenômenos como a imposição de tabus e de censura, em suas várias formas²⁵; a propagação de mentiras e de desinformação, com o objetivo de favorecer interesses pessoais ou corporativos²⁶; a valorização do direito à privacidade²⁷; e o estabelecimento de regras de admissão de evidência, no âmbito do direito²⁸.

O que interessa aqui é destacar que, em todos esses casos, certos arranjos sociais têm um impacto relevante na *distribuição do conhecimento disponível*, resultando numa

24. Para que fique claro: há vários trabalhos sobre o analfabetismo na literatura sociológica – mas, até onde sei, nenhum no âmbito dos estudos da ignorância. Apesar disso, há, nesse meio, estudos sobre fenômenos semelhantes, em particular sobre o iletramento científico.

25. Sobre o tabu como "irrelevância socialmente imposta", cf. a discussão de Smithson (1989: 8-9; 234 et seq.), baseada nos trabalhos de Mary Douglas e Esther Goody. Para uma discussão mais recente, agora sobre o tema da censura, confira a contribuição de Peter Galison, em Proctor & Schiebinger (2008: 37-54).

26. Vários trabalhos recentes foram publicados na literatura sobre o tema, para além dos mencionados por Smithson. É o caso do trabalho de Oreskes & Conway sobre a propagação de desinformação em questões climáticas (cf. Proctor & Schiebinger, 2008: 55-89), ou o de McGoey, que dissecou a lógica da "ignorância estratégica" no contexto do licenciamento de medicamentos (cf. McGoey, 2012).

27. O próprio Smithson dedica uma seção do sexto capítulo de seu livro à revisão da literatura sociológica e antropológica sobre o segredo e a privacidade, ressaltando sua relação com o tema da ignorância (cf. Smithson, 1989: 231 et seq.).

28. Sobre o ponto, cf. Smithson, 1989: 20 et seq.

situação em que certo conjunto de pessoas tende, ao longo do tempo, a permanecer ignorante em relação a certo conjunto de coisas – uma situação em que a ignorância a respeito dessas coisas é "socialmente construída", no sentido mais específico que atribuí à expressão. A situação de César não poderia ser mais diferente: sua ignorância sobre o material de que é feita sua espada, embora dependa de circunstâncias históricas (i.e.: ele vivia numa época em que não se dispunha do conceito de tungstênio), não depende de circunstâncias sociais, como depende nos casos mencionados no parágrafo anterior – de modo que seria errado dizer que a ignorância de César foi "socialmente construída".

Uma das principais deficiências da discussão de Smithson acerca da "construção social da ignorância" é a ausência de distinções básicas como essa – sem as quais o sociólogo estará condenado a conceber toda ignorância que aparece na sociedade como uma "construção social". Vale lembrar que o próprio Smithson afirma, na passagem citada no começo deste item, que a "tese radical das ciências sociais", que ele considera correta, "é que tudo que se passa por ignorância é um produto social" ²⁹. Essa nada mais é do que uma extrapolação injustificada da constatação, em si mesma correta, de que toda ignorância humana ocorre em um contexto social; disso não deriva, como busquei mostrar, que esse contexto será sempre relevante para compreender porque ignoramos o que, a cada momento, ignoramos, ou porque a ignorância a respeito de algo se mantém ao longo do tempo.

Ao restringir nesses termos a tese da construção social da ignorância, também fica claro que o que está aí em jogo não é tanto a "construção" ou "produção" da ignorância, mas sua *alocação e disseminação pela sociedade* – algo de que Schütz já havia se dado conta muito antes do surgimento da sociologia da ignorância, como vemos aqui:

"O conhecimento é socialmente distribuído e o mecanismo dessa distribuição pode ser tematizado por uma disciplina sociológica. É verdade que dispomos de uma assim-chamada sociologia do conhecimento. Porém, com raras exceções, a disciplina que se apropriou – equivocadamente – desse nome abordou o problema da distribuição social do conhecimento apenas pelo ângulo da fundação ideológica da verdade em sua dependência em relação às condições sociais, e em especial às econômicas; ou pelo

29. Smithson, 1989: 219; grifo meu.

ângulo das implicações sociais da educação; ou ainda pelo ângulo do papel social do homem dotado de conhecimento.³⁰

Essa é, por sinal, uma das passagens mencionadas por Berger & Luckmann em sua "Construção social da realidade" – e o comentário dos autores em relação a essa passagem é sintomático do tipo de extrapolação acima mencionado (o que indica que os problemas aqui discutidos não estão limitados à formulação que Smithson confere à tese da construção social da ignorância). Convém, portanto, reproduzi-lo aqui:

"Embora não demos o papel central à distribuição social do conhecimento, que Schütz reclama aqui, concordamos com a crítica por ele feita à 'disciplina assim denominada' e derivamos dele nossa noção básica da maneira pela qual a tarefa da sociologia do conhecimento deve ser redefinida."³¹

O ponto de concordância entre as ideias de Berger & Luckmann e as Schütz é a crítica que este faz à sociologia do conhecimento alemã, representada por autores como Mannheim. Tal crítica consiste em apontar que tais autores dariam demasiada ênfase a sistemas mais ou menos formalizados de crença – como as ideologias políticas –, enquanto desconsiderariam o chamado conhecimento cotidiano, e em particular as tipificações de senso comum que orientam a ação no dia a dia (uma crítica especialmente aguda para alguém que, como Mannheim, se propõe justamente a pensar a relação entre ação e pensamento). Feito esse esclarecimento, o que mais interessa aqui é destacar que, ao comentar Schütz, Berger & Luckmann deixam claro que acreditam que a questão da "distribuição social do conhecimento" não seria assim tão importante quanto Schütz imaginara – substituindo essa ideia pela metáfora, desnecessariamente imprecisa, da construção social da realidade. O que se perde de vista com isso é que, enquanto os mecanismos de distribuição do conhecimento e da ignorância são fenômenos sociais, no sentido estrito do termo – uma vez que ocorrem entre indivíduos –, o mesmo não pode ser dito do conhecimento e da ignorância propriamente ditos, que tratam de "estados e processos mentais" (como Smithson observou, sem atentar para as implicações disso para sua tese da construção social da ignorância). Com isso em vista, cabe sugerir que, em vez de falar que a ignorância sobre certas coisas é "socialmente construída e negociada", faz mais sentido afirmar que ela é, em muitos casos, promovida por certos

30. Schütz, 1976: 121.

31. Berger & Luckmann, 1973: 31.

círculos sociais, ou neles cultivada – ou mesmo, como já diziam Moore & Tumin em 1949, que possuem funções sociais passíveis de especificação³².

A questão que, em última análise, está aqui colocada diz respeito à relação entre pesquisa social e epistemologia. Em seu "Ideologia e Utopia", Mannheim inaugurou uma tradição de pesquisa social marcada pela ambição de "deixar para trás" a epistemologia; na imaginação dele, a sociologia do conhecimento não só contribuiria para a elucidação de alguns problemas não resolvidos pela epistemologia de seu tempo, como além disso permitiria ao filósofo livrar-se de conceitos que, no seu entender, seriam dispensáveis e mesmo ultrapassados, como a distinção entre a origem e a validade das ideias³³. Cerca de quatro décadas depois, Berger & Luckmann prescreveriam ao sociólogo, em vez de apropriar-se dos temas da epistemologia, desenvolver sua pesquisa como se tais temas simplesmente não lhe dissessem respeito – esse é o ponto de sua prescrição segundo a qual a sociologia do conhecimento deveria preocupar-se apenas com o que, em dado contexto, se *passa* por conhecimento (prescrição que Smithson, duas décadas depois, aplicaria à questão da ignorância). Para concluir esta exposição, gostaria de sugerir que a figura de Schütz – contemporâneo de Mannheim e predecessor de Berger & Luckmann – representa uma orientação alternativa a essas duas, e mais frutífera que ambas. Nada ilustra isso melhor do que o fato de que sua primeira contribuição de destaque para a sociologia – sua obra sobre a estrutura de sentido do mundo social³⁴ – é orientada, do começo ao fim, por um esforço monumental no sentido de pôr sob um mesmo teto as ideias de Husserl e de Weber, articulando-as. É esse tipo de articulação que busquei, ao me servir das ideias de Rescher para expor os limites da aplicação da sociologia para a compreensão de fenômenos mentais como a ignorância – e não deixa de ser significativo que, até o momento, os trabalhos publicados no âmbito dos estudos da ignorância sejam marcados por uma quase completa falta de confronto com uma parte importante da

32. Cf. Moore & Tumin, 1949.

33. Tal pretensão encontra-se articulada em várias passagens de "Ideologia e Utopia". Apenas para citar um exemplo: logo na primeira passagem do livro, Mannheim contrasta o pensamento "tal como aparece nos livros de lógica" com o pensamento "tal como realmente funciona na vida pública" (cf. Mannheim, 1998: 1), dando a entender que a sociologia do conhecimento abriria o caminho para a superação da epistemologia tal como era então praticada – afinal, enquanto esta se ocuparia somente com a "aparência" do pensamento, aquela se ocuparia com sua efetividade. Dedico um capítulo da minha tese de doutorado a um exame crítico das ideias de Mannheim, ao longo do qual desenvolvo em maior detalhe a objeção aqui mencionada.

34. Cf. Schütz, 1974 (originalmente publicada em 1932).

literatura acadêmica sobre o tema, representada aqui por Rescher³⁵. Assim, cabe sugerir que o fato de estudarmos fenômenos cognitivos como a ignorância (ou as crenças, ou o conhecimento) de uma perspectiva sociológica não deve servir de pretexto para fugirmos a uma consideração consistente dos aspectos extrassociais da cognição humana. Da mesma forma, o fato de que, em muitas situações, precisamos levar em conta fatores sociais, para compreender porque a ignorância sobre certas coisas persiste – esse fato de modo algum nos autoriza a presumir, como se fosse óbvio, que "toda ignorância é socialmente construída e negociada".

Bibliografia citada

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. (1973), *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.

GROSS, Matthias (2012), "'Objective Culture' and the Development of Nonknowledge: Georg Simmel and the Reverse Side of Knowing. In: *Cultural Sociology*, v. 6 (6), pp. 422-437.

GROSS, Matthias & MCGOEY, Linsey (ed.) (2015), *Routledge International Handbook of Ignorance Studies*. London, New York: Routledge.

HACKING, Ian (1999), *The Social Construction of What?*. Harvard University Press.

KAHNEMAN, Daniel & TVERSKY, Amos (2001), "Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases". Em: Kahneman, Slovic & Tversky (ed.), *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. Cambridge University Press.

LAUDAN, Larry (2011), *O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico*. Editora Unesp.

MANNHEIM, Karl (1998), *Ideology and Utopia (Routledge Classics in Sociology)*. Routledge.

35. Rescher chega a ser mencionado uma vez em Gross & McGoey (2015: 4), no artigo que introduz a coletânea; mas mesmo aí o livro só aparece enterrado junto a meia dúzia de outras referências, sem que suas ideias sejam discutidas. Outros epistemólogos proeminentes que, de um modo ou de outro, trataram o tema – como Williamson – sequer são mencionados.

McGOEY, Linsey (2012). "Strategic unknowns: towards a sociology of ignorance". In: *Economy and Society*, 41 (1), pp. 1-16.

McGOEY, Linsey (ed.) (2014), *An Introduction to the Sociology of Ignorance: Essays on the Limits of Knowing*. London: Routledge.

MOORE, Wilbert E. & TUMIN, Melvin M. (1949), "Some Social Functions of Ignorance". In: *American Sociological Review*, v. 14 (6), pp. 787-795.

PEELS, Rik & BLAAUW, Martijn (ed.) (2016), *The Epistemic Dimensions of Ignorance*. Cambridge University Press.

PROCTOR, Robert N. & SCHIEBINGER, Londa (ed.) (2008), *Agnotology: The making & unmaking of ignorance*. Stanford University Press.

RESCHER, Nicholas (2009a), *Ignorance: on the wider implications of deficient knowledge*. University of Pittsburgh Press.

SCHÜTZ, Alfred (1974), *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt – Eine Einleitung in die verstehende Soziologie* (orig. publicado em 1932). Frankfurt am Main: Suhrkamp.

SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas (2003), *Strukturen der Lebenswelt* (orig. publicado em dois volumes). UVK Verlagsgesellschaft.

SCHNEIDER, Louis (1984), "The Role of the Category of Ignorance in Sociological Theory: An Exploratory Statement". In: *The Grammar of Social Relations*, pp. 183-207, New Brunswick & New Jersey: Transaction Books.

SMITHSON, Michael (1989), *Ignorance and Uncertainty – Emerging Paradigms*. New York: Springer Verlag.

SMITHSON, Michael & VERKUILEN, Jay (2006), *Fuzzy Set Theory: Applications in the Social Sciences*. Sage Publications.

SULLIVAN, Shannon & TUANA, Nancy (ed.) (2007), *Race and Epistemologies of Ignorance*. State University of New York Press.

WILLIAMSON, Timothy (2000), *Knowledge and its Limits*. New York: Oxford University Press.